



C.M.V. Proc. Nº 2474, 21
Fls. 07
LIDO EM SESSÃO DE 01/06/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 119/2021

LIDO EM SESSÃO DE 01/06/2021
Encaminhe-se à (s) Comissão (ões):
 Justiça e Redação
 Finanças e Orçamento
 Obras e Serviços Públicos
 Cultura, Denominação e Ass. Social
 C.H.S.

Presidente

Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

Excelentíssimo Senhor Presidente da Egrégia Câmara Municipal,

Excelentíssimos(as) Senhores(as) Vereadores(as)

PROJETO DE LEI

Nº 119 / 21

O vereador DR. ANDRÉ MELCHERT, de acordo com as normas regimentais e no uso das minhas atribuições, submete à apreciação e deliberação do Egrégio Plenário desta Colenda Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que **“institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19”**. nos termos que segue.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei, a ser instituído no Município, visa instituir a **“Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19”**.

A intenção é estimular e chamar à atenção da população valinhense sobre a importância e necessidade da doação de alimentos para as famílias de maior vulnerabilidade, em decorrência do alto índice de desemprego e



C.M.V. 2474, 21
Proc. Nº
Fl.: 07
Ass.:

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

sucessivos aumentos dos preços dos alimentos, o que tem trazido situações de fome para muitas famílias.

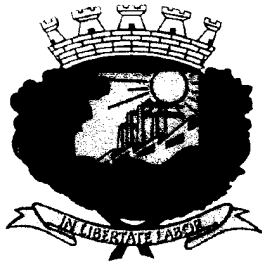
O Projeto de Lei dialoga com a necessidade imediata de uma ampla campanha contra a fome. Cerca de 19 milhões de pessoas passaram fome durante a pandemia do coronavírus no Brasil, entre outubro e dezembro do ano passado, mais de 116 milhões de pessoas conviveram com algum grau de insegurança alimentar no período.

O auxílio proposto pelo Governo Federal se mostra ineficiente para os desafios colocados para superar as situações de dificuldades que muitos têm passado em razão das consequências desta crise sanitária.

O projeto propõe arrecadação de alimentos, por ocasião do acesso ao serviço de vacinação, nos termos da Campanha do Governador do Estado, criando pontos de arrecadação de alimentos, caso ainda não tenha sido criado em Valinhos e, principalmente, divulgando e incentivando as pessoas a levarem, no ato da vacinação, alimento não perecível.

Ressalta-se que a doação é de caráter voluntário, não sendo condição para a pessoa tomar a vacina ou obrigações para quem já tomou. Apresenta como anexo, modelo sugestivo para divulgação, mencionando ser uma Campanha da Prefeitura Municipal de Valinhos.

Ainda, objetivando uma campanha ampla, estimular, empresas e organizações da iniciativa privada, a doarem alimentos, bem como, propõe a divulgação e o estímulo de doação dos excedentes de alimento para o consumo humano. Iniciativa que pode vir de estabelecimentos dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos.



C.M.V. 2474, 21
Proc. Nº
Fls. 05
Ass.: [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Importante destacar que a doação de alimentos para o consumo humano já está autorizada nos termos da Lei Municipal nº 171/2019 e Lei Federal nº 14.4016/2020, inclusive, a Lei Federal visa o combate ao desperdício de alimentos.

É uma iniciativa necessária, poderá ajudar muitas pessoas no combate à fome.

Exposta a clara convergência desta iniciativa com o interesse público e sua perfeita harmonia com o ordenamento jurídico, conto com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

DA AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE INICIATIVA:

A matéria é de competência comum entre a União, Estados e Municípios matéria referente a COMBATER A POBREZA (FOME), nos termos da Constituição Federal, artigo 23, inciso X. Logo, não está atrelada às competências privativas da União.

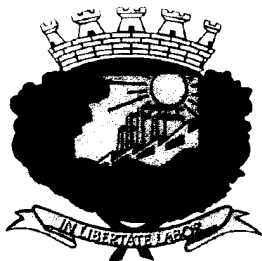
“Art. 23: É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

(...)”

A medida, ora pretendida, se insere, efetivamente, na definição de interesse local, artigo 30, I da Constituição Federal, eis que, visa campanha local de incentivo à doação de alimentos.



C.M.V. Proc. Nº 2474, 21
Fls. 04
Ass: [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Ainda, sobre a iniciativa parlamentar, **não há expressa** vedação no artigo 48 da Lei Orgânica do Município de Valinhos atribuindo, privativamente, a(o) Prefeita(o), a iniciativa de lei que verse sobre a matéria constante da presente propositura.

Como se vê, por exclusão, a iniciativa dos Projetos de Lei que não são de exclusividade da(o) Prefeita(o), poderão se dar através de qualquer vereador(a) e até por iniciativa popular.

Ante todo o exposto, não há vício de iniciativa no presente Projeto de Lei.

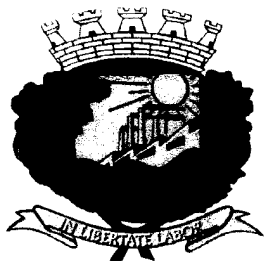
DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO:

O presente Projeto de Lei não resulta prejuízo ao erário público, estando em obediência ao artigo 51 da Lei Orgânica do Município.

O projeto em questão propõe a simples comunicação, sendo que, isso não vai ocasionar impacto financeiro, nem mesmo acréscimos de funcionários para tal finalidade.

De outro giro, entendendo o Executivo que terá alguma despesa pontual para execução do presente Projeto de Lei, o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 917, em repercussão geral, fixou tese autorizando despesa pontual:

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores”



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

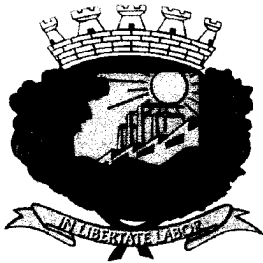
ESTADO DE SÃO PAULO

públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal). Obs: Redação da tese aprovada nos termos do item 2 da Ata da 12ª Sessão Administrativa do STF, realizada em 09/12/2015."

"Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. **Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido (ARE 878.911 RG, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 11/10/2016)" (**grifo nosso**).

Valinhos, 31 de maio de 2021.


DR. ANDRÉ MELCHERT
VEREADOR



C.M.V. Proc. Nº 2474 31
Fls. 06
Ass. (7)

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI nº

/2021

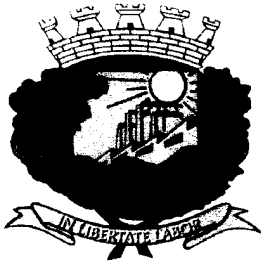
“Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19.”

LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Valinhos aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica instituída, no âmbito do município de Valinhos, Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19.

Artigo 2º. A campanha inclui-se entre as iniciativas do Município no enfrentamento às consequências socioeconômicas inerente a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19 e consiste na implementação de um conjunto articulado de ações de incentivo e comunicação, com os objetivos primordiais de:



C.M.V.
Proc. Nº 2479/21
Fls. 07
Ass. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

I - arrecadar alimentos para atender às pessoas em situação de vulnerabilidade social, com vistas a enfrentar os efeitos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em especial a fome e a miséria;

II - a divulgação e o estímulo a possibilidade de doação espontânea de alimentos não perecíveis, pela população, por ocasião de seu acesso ao serviço de vacinação contra COVID-19, no entorno dos postos de imunização ou nos próprios postos de imunização, quando essa medida for sanitariamente adequada;

III - a divulgação e o estímulo a possibilidade de doação dos excedentes de alimentos para o consumo humano, em estabelecimento dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos, nos termos da autorização na Lei Municipal nº 171/2019 e Lei Federal nº 14.4016/2020;

IV – estimular empresas e organizações da iniciativa privada a doarem alimentos.

Artigo 3º. Para alcançar os objetivos desta lei, a Campanha será efetivada por meio de materiais digitais e/ou impressos, produção de releases, produção de vídeos, entre outros.

Artigo 4º. O Poder Executivo implementará ações de comunicação, logística e seleção do público destinatário, bem como quaisquer outras necessárias a efetivação da presente lei.

Parágrafo Único: O Poder Executivo poderá celebrar parcerias com organizações civis para atingir as previsões do caput.

Artigo 5º. O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente lei, objetivando sua melhor aplicação.



C.M.V.
Proc. Nº 2424/21
Fl. 8
Ass. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Valinhos

Aos

LUCIMARA GODOY VILAS BOAS

PREFEITA MUNICIPAL

Nº do Processo: 2474/2021

Data: 01/06/2021

Projeto de Lei nº 119/2021

Autoria: ANDRÉ MELCHERT

Assunto: Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID – 19.

Página 8 de 8



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

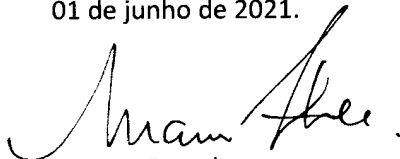
C. M. de VALINHOS

PROC. Nº 2474/21

FLS. Nº 09

RESP. 

À Comissão de Justiça e Redação,
conforme despacho do Senhor
Presidente em Sessão do dia
01 de junho de 2021.



Marcos Fureche
Assistente Administrativo
Departamento Legislativo

02/junho/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer Jurídico nº 247/2021

Assunto: Projeto de Lei nº 119/2021 – Aatoria do vereador Dr. André Melchert - “Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19”.

À Comissão de Justiça e Redação
Exmo. Presidente Sidmar Rodrigo Tolo

Trata-se de parecer jurídico relativo ao projeto em epígrafe que “Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19”.

Consta da justificativa do projeto:

(...)

A intenção é estimular e chamar à atenção da população valinhense sobre a importância e necessidade da doação de alimentos para as famílias de maior vulnerabilidade, em decorrência do alto índice de desemprego e sucessivos aumentos dos preços dos alimentos, o que tem trazido situações de fome para muitas famílias.

O Projeto de Lei dialoga com a necessidade imediata de uma ampla campanha contra a fome. Cerca de 19 milhões de pessoas passaram fome durante a pandemia do coronavírus no Brasil, entre outubro e dezembro do ano passado, mais de 116 milhões de pessoas conviveram com algum grau de insegurança alimentar no período.



C.M.V.
Proc. Nº 2974, 21
Fl. 11
Res. 10

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

O auxílio proposto pelo Governo Federal se mostra ineficiente para os desafios colocados para superar as situações de dificuldades que muitos têm passado em razão das consequências desta crise sanitária.

O projeto propõe arrecadação de alimentos, por ocasião do acesso ao serviço de vacinação, nos termos da Campanha do Governador do Estado, criando pontos de arrecadação de alimentos, caso ainda não tenha sido criado em Valinhos e, principalmente, divulgando e incentivando as pessoas a levarem, no ato da vacinação, alimento não perecível.

Ressalta-se que a doação é de caráter voluntário, não sendo condição para a pessoa tomar a vacina ou obrigações para quem já tomou. Apresenta como anexo, modelo sugestivo para divulgação, mencionando ser uma Campanha da Prefeitura Municipal de Valinhos.

Ainda, objetivando uma campanha ampla, estimular, empresas e organizações da iniciativa privada, a doarem alimentos, bem como, propõe a divulgação e o estímulo de doação dos excedentes de alimento para o consumo humano. Iniciativa que pode vir de estabelecimentos dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos.

Importante destacar que a doação de alimentos para o consumo humano já está autorizada nos termos da Lei Municipal nº 171/2019 e Lei Federal nº 14.4016/2020, inclusive, a Lei Federal visa o combate ao desperdício de alimentos.

É uma iniciativa necessária, poderá ajudar muitas pessoas no combate à fome.

Exposta a clara convergência desta iniciativa com o interesse público e sua perfeita harmonia com o ordenamento jurídico, conto com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

(...)



C.M.V.
Proc. Nº 2924, 21
12
10

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Ab initio, cumpre destacar a competência regimental da Comissão de Justiça e Redação, estabelecida no artigo 38.

Outrossim, ressalta-se que a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, sendo meramente opinativo não fundamentando decisão proferida pelas Comissões.

Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

Desta feita, considerando os aspectos constitucionais, passamos a análise técnica do projeto em epígrafe solicitado.

A proposta em exame afigura-se revestida de constitucionalidade eis que força da Lei Maior, os Municípios foram dotados de autonomia legislativa que vem consubstanciada na capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, e de complementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, I e II, da CRFB).

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber;”



C.M.V.
Prcc. Nº 2929 / 21
Fls. 13
Recs. 10

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Nessa linha, a Lei Orgânica do Município de Valinhos estabelece:

*“Art. 5º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, legislar sobre tudo quanto respeite ao **interesse local**, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:”- grifo nosso.*

(...)

“Art. 8º Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, observadas as determinações e a hierarquia constitucional, suplementar a legislação Federal e Estadual e fiscalizar, mediante controle externo, a administração direta ou indireta, as fundações e as empresas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto, especialmente:

*1 - **legislar sobre assuntos de interesse local;**” - grifo nosso.*

Acerca do conceito de interesse local o saudoso professor Hely Lopes Meirelles leciona:

“Interesse local não é interesse exclusivo do Município; não é interesse privativo da localidade; não é interesse único dos municípios. Se se exigisse essa exclusividade, essa privatividade, essa unicidade, bem reduzido ficaria o âmbito da Administração local, aniquilando-se a autonomia de que faz praça a Constituição. Mesmo porque não há interesse municipal que não o seja reflexamente da União e do Estado-membro, como, também, não há interesse regional ou



C.M.V.
Proc. Nº 2929, 21
Fls. 14
Recp. 10

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

nacional que não ressoe nos Municípios, como partes integrantes da Federação brasileira. O que define e caracteriza o 'interesse local', inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União". (gn)

(in Direito Municipal Brasileiro, 6ª ed., atualizada por Izabel Camargo Lopes Monteiro e Yara Darcy Police Monteiro, 1993, Malheiros, p. 98).

Do mesmo modo, a Constituição Federal estabelece a competência dos entes federativos para combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

(...)

Por seu turno a Lei Orgânica do Município segue os mandamentos constitucionais:

Art. 1º O Município de Valinhos, como célula base da República Federativa do Brasil, tem como princípios fundamentais:

(...)

VIII - erradicação da pobreza e causas de marginalização com redução das desigualdades sociais;

(...)

Art. 6º Compete ao Município, em comum com a União e o estado, entre outras, as seguintes atribuições:

(...)

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

(...)



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Outrossim, no que tange à competência para deflagrar o processo legislativo a Constituição Federal, no artigo 61, § 1º, estabelece as hipóteses de iniciativa privativa, vejamos:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Por seu turno, a Constituição do Estado de São, no artigo 24, § 2º, por simetria, assim dispõe:



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 24 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia (sic) Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

[...]

§ 2º - Compete, exclusivamente, ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre:

1 - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;

2 - criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 47, XIX; (NR)- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/2/2006.

3 - organização da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública do Estado, observadas as normas gerais da União;

4 - servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

5 - militares, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para inatividade, bem como fixação ou alteração do efetivo da Polícia Militar;

6 - criação, alteração ou supressão de cartórios notariais e de registros públicos.

Do mesmo modo, a Lei Orgânica do Município de Valinhos, no artigo 48, estabelece as matérias de competência exclusiva do Prefeito Municipal:

Art. 48. Compete, exclusivamente, ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

1 - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;



C.M.V.
Proc. Nº 2424,21
Fls. 12
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

II - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública;

III - servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

IV - abertura de créditos adicionais.

Deste modo, a princípio, no que tange à competência, a Constituição vigente não contém nenhuma disposição que impeça a Câmara de Vereadores de instituir campanha de incentivo à doação de alimentos.

Nesse mesmo sentido temos o posicionamento do Supremo Tribunal Federal proferido em julgamento do Recurso Extraordinário nº 290.549 AGR./RJ, ao qual negou seguimento:

*“A irresignação não merece prosperar. O Tribunal de origem declarou a inconstitucionalidade do artigo 6º da Lei municipal nº 2.621/98 sob o fundamento de que esse dispositivo não poderia ter criado obrigações para órgãos da Administração, in verbis: “Quanto ao art. 6º da Lei sob exame, requisita-se verificação especialmente cuidadosa, porque, nesse dispositivo, nomeiam-se expressamente órgãos da Administração. Diz-se ali que, **para a exequibilidade do Programa Rua da Saúde, integrarão seus esforços o CET-Rio, a Guarda Municipal, a Companhia Municipal de Limpeza, Urbana-COMLURB, e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.** Tal concurso se fará, dispõe a Lei, através do fornecimento de pessoal técnico e de apoio, restritos a cada área específica da atuação. **Este o único comando da Lei examinada que importou em intrometimento na distribuição de tarefas executórias aos diversos órgãos administrativos.** Não se originando de proposição do Prefeito, o procedimento legiferante faz-se inválido, por vício radical, que contaminou o dispositivo resultante” (fls. 98/99). **Com efeito, esse***



C.M.V. _____
Proc. Nº 2474, 21
Fls. 18
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

entendimento está em sintonia com a jurisprudência da Corte no sentido de que padece de inconstitucionalidade formal a lei resultante de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições de órgãos públicos, matéria afeta ao Chefe do Executivo. Nesse sentido, anote-se:

(...)

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 6.835/2001 DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. INCLUSÃO DOS NOMES DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS INADIMPLENTES NO SERASA, CADIN E SPC. ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. INICIATIVA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. A lei 6.835/2001, de iniciativa da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, cria nova atribuição à Secretaria de Fazenda Estadual, órgão integrante do Poder Executivo daquele Estado. À luz do princípio da simetria, são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo estadual as leis que versem sobre a organização administrativa do Estado, podendo a questão referente à organização e funcionamento da Administração Estadual, quando não importar aumento de despesa, ser regulamentada por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, e, e art. 84, VI, a da Constituição federal). Inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa da lei ora atacada” (ADI nº 2.857/ES, Tribunal Pleno Relator o Ministro Joaquim Barbosa, , DJe de 30.11.2007- grifo nosso).

(...)

Por outro lado, no que se refere aos demais dispositivos invocados como inconstitucionais, o Tribunal de origem assim consignou: “Com efeito, o artigo 112, § 1º, nº II, letra ‘d’, da Constituição Fluminense reserva, ao Chefe do Executivo, a competência exclusiva dos projetos de lei atinentes à criação, estruturação e atribuições dos órgãos desse Poder. Contudo, não se vê desses três comandos a menor referência a órgão do Poder Executivo. Nem para criá-lo; nem para estruturá-



C.M.V.
Proc. Nº 2479, 21
Fls. 19
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

*lo; nem para atribuir-lhe qualquer função específica. Dispôs-se sobre a criação de um programa, aliás, sintônico com a ideiação constitucional. Há de se convir, entretanto, que, nesses três primeiros artigos, a Lei Municipal nº 2621/98, de modo algum detalhou a executoriedade de sua realização, claramente deferida para a atividade regulamentatória. No que respeita ao inciso II, também se fala em obrigatoriedade de contratação de pessoal pela Administração, circunstância, contudo, que não decorre necessariamente da implantação do programa Rua Saúde, como se verifica inclusive do que dispõe os artigos 7º e 8º do diploma, que adiante ainda serão referidos. Dentro das perspectivas aqui colocadas, afigura-se impossível o reconhecimento da inconstitucionalidade por contágio, que imprestabilizaria todas as demais previsões da Lei Municipal n 2621/98, efetivamente servis aos seus artigos 1º, 2º e 3º” (fls. 96/97)”. Verifica-se que o acórdão impugnado afastou a alegada inconstitucionalidade dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei municipal nº 2.621/98 com base em uma interpretação sistemática desses dispositivos, sob o fundamento de que eles não se relacionam com a matéria de competência reservada ao Chefe do Poder Executivo. **Afirmou ainda que o que ocorreu foi a previsão de um programa social, cuja execução depende de regulamentação a ser, ao seu tempo, implementada.***

(...) Ante o exposto, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso extraordinário. Publique-se. Brasília, 17 de março de 2010. Ministro DIAS TOFFOLI Relator” (Recurso Extraordinário nº 290549)

*“Agravo regimental no recurso extraordinário. Lei de iniciativa parlamentar a instituir programa municipal denominado “rua da saúde”. Inexistência de vício de iniciativa a macular sua origem. **1. A criação, por lei de iniciativa parlamentar, de programa municipal a***



C.M.V. Prcc. Nº 2474, 21
Fls. 20
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

ser desenvolvido em logradouros públicos não invade esfera de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. 2. Inviável a análise de outra norma municipal para aferição da alegada inconstitucionalidade da lei. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.” (Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 290549)

Aliás, acerca dos limites da competência legislativa municipal dos membros do Poder Legislativo destacamos decisão do Colendo Supremo Tribunal Federal que forneceu paradigma na arbitragem dos limites da competência legislativa entre o Chefe do Poder Executivo Municipal e os Membros do Poder Legislativo desta esfera federativa.

Trata-se do **TEMA 917 Repercussão geral (Paradigma ARE 878911)** que recebeu a seguinte redação:

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal)”.

*Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. **Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com*



C.M.V.
Proc. Nº 2974, 21
Fls. 21
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido. (ARE 878911 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 29/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-217 DIVULG 10-10-2016 PUBLIC 11-10-2016)

Assim, consoante entendimento da Suprema Corte (Tema 917 Repercussão Geral) a iniciativa dos vereadores é ampla, encontrando limites naqueles assuntos afetos diretamente ao Chefe do Poder Executivo, quais sejam, a estruturação da Administração Pública; a atribuição de seus órgãos e o regime jurídico de servidores públicos, ainda que as propostas legislativas impliquem em criação de despesas.

Nesse mesmo sentido o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei municipal de origem parlamentar que institui campanha de orientação e conscientização sobre as consequências do acúmulo de lixo nas ruas do Município de Jundiaí. Inconstitucionalidade. Inocorrência. Inexistência de vício de iniciativa: o rol de iniciativas legislativas reservadas ao Chefe do Poder Executivo é matéria taxativamente disposta na Constituição Estadual. Inexiste ofensa às iniciativas legislativas reservadas ao Chefe do Executivo, ademais, em razão da imposição de gastos à Administração. Precedentes do STF. Não ocorrência de ofensa à regra da separação dos poderes. Inexistência de usurpação de quaisquer das atribuições administrativas reservadas ao Chefe do Poder Executivo, previstas no artigo 47 da Constituição do Estado de São Paulo. Lei que cuida de assunto local, relativo à proteção do meio ambiente e controle da poluição. Precedentes deste Órgão Especial. Ausência de dotação orçamentária específica que não torna a lei inconstitucional, importando, no máximo, na inexecutabilidade da norma no mesmo exercício orçamentário em que fora promulgada.



C.M.V. 2474, 21
Proc. Nº
Fls. 22
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Precedentes do STF. Procedência parcial do pedido. Expressões e dispositivos legais que fazem referência genérica à sanção de multa, sem, contudo, prever de forma exata e clara o 'quantum' cominado para a hipótese de infração administrativa, o que contrasta com o princípio da legalidade estipulado no artigo 111 da Constituição Paulista. Vedado ao Poder Legislativo deixar ao arbítrio do administrador a disciplina de matéria reservada à lei. Procedência parcial do pedido. Liminar cassada. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Órgão Especial, ADI nº 2150170- 91.2016.8.26.0000, j. 19 de outubro de 2016, Rel. Des. Márcio Bartoli, grifamos)

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal de origem parlamentar que institui campanha permanente de combate à pichação e atos de vandalismo no Município de Suzano. Inexistência de vício de iniciativa: o rol de iniciativas legislativas reservadas ao Chefe do Poder Executivo é matéria taxativamente disposta na Constituição Estadual. Ausente ofensa à regra de iniciativa, ademais, em razão da imposição de gastos à Administração. Precedentes do STF. Não ocorrência de infração ao princípio da harmonia e interdependência entre os poderes na parte principal do texto legal. Não configurada, nesse ponto, usurpação de quaisquer das atribuições administrativas reservadas ao Chefe do Poder Executivo, previstas no artigo 47 da Constituição do Estado de São Paulo. Lei que cuida de assunto local, relativo à proteção do meio ambiente e controle da poluição. Precedentes deste Órgão Especial. Ausência de dotação orçamentária específica que não torna a norma inconstitucional, importando, no máximo, na sua inexecutabilidade no mesmo exercício orçamentário em que fora promulgada. Precedentes do STF. Expressões e dispositivos legais que fazem referência genérica à hipótese de infração administrativa e às sanções, sem, contudo,



C.M.V.
Proc. Nº 2474, 21
Fls. 23
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

prever de forma exata e clara o 'quantum' da multa cominada, o que contrasta com o princípio da legalidade estipulado no artigo 111 da Constituição Paulista. Vedado ao Poder Legislativo deixar ao arbítrio do administrador a disciplina de matéria reservada à lei.

Inconstitucionalidade, ademais, do trecho normativo que interfere na prática de atos de gestão, impondo à Administração "termos de parcerias", assim como outras medidas executivas e específicas.

Violação à interdependência e harmonia entre os Poderes, apenas nesse particular. Procedência parcial do pedido. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Órgão Especial, ADI nº 2246723-06.2016.8.26.0000, Rel. Des. Márcio Bartoli, j. 5 de abril de 2017, grifamos)

"I. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 5.626, de 12 de novembro de 2018, do Município de Caçapava, "que dispõe sobre a instituição do Programa de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e dá outras providências". II. Vício formal de inconstitucionalidade. Inocorrência. De origem parlamentar, a legislação impugnada não trata de matéria inserida no rol taxativo do artigo 24, §2º, da CE. Tema 917, STF. Precedentes deste Órgão Especial. III. Não constatada, igualmente, invasão das atribuições de competência privativa do Chefe do Poder Executivo. A lei analisada não disciplina a prática de ato de administração, limitando-se a instituir programa de proteção à saúde da pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), em âmbito local, e estabelecer regras dotadas de abstração e generalidade. Previsão, apenas, de instrumentos mínimos destinados a garantir sua exequibilidade e a eficácia de suas disposições. Constitui dever do Poder Executivo levar as determinações do diploma



C.M.V. _____
Proc. Nº 2924, 21
Fls. 24
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

impugnado à concreção por meio de provisões especiais, com respaldo em seu poder regulamentar. Diversos precedentes deste Colegiado. Doutrina. VI. Artigo 4º, parte final. Inconstitucionalidade verificada. Ressalvada a posição pessoal desta Relatoria, de acordo com o entendimento consolidado neste Órgão Especial, a fixação de prazo rígido para que o Poder Executivo regulamente determinada disposição legal representa indevida interferência do Poder Legislativo em seu típico juízo de conveniência e oportunidade. Violação ao princípio da separação dos Poderes, previsto no artigo 5º, da CE. Exclusão da expressão "no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.". Pedido julgado parcialmente procedente." (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2263773-74.2018.8.26.0000; Relator (a): Márcio Bartoli; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 03/04/2019; Data de Registro: 04/04/2019, grifado).

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE LEI 11.776, DE 03 DE AGOSTO DE 2018, DO MUNICÍPIO DE SOROCABA PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO NORMA QUE 'INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE HORTAS COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE SOROCABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS' LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR CONFORMIDADE AOS ARTIGOS 5º, 47, INCISOS II, XIV, XIX, "A", E 144, TODOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. VÍCIO DE INICIATIVA NÃO CARACTERIZADO, POIS A NORMA IMPUGNADA NÃO VERSA SOBRE A ESTRUTURA OU ORGANIZAÇÃO DE ÓRGÃOS DO EXECUTIVO OU REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS TESE FIXADA EM REPERCUSSÃO GERAL NO ÂMBITO DO C. STF TEMA NO 917 ARE. 878.911/RJ AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL À PROPRIEDADE PRIVADA,



C.M.V. _____
Proc. Nº 2474, 21
Fls. 25
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

TENDO EM VISTA QUE SOMENTE MEDIANTE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DOS PARTICULARES É QUE PODEM SER UTILIZADOS 'OS TERRENOS OU GLEBAS PARTICULARES', CONFORME EXPRESSA PREVISÃO LEGAL POR FIM, CONSTATADA A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 5º DA LEI ORA SINDICADA CAUSA DE PEDIR ABERTA DISPOSITIVO QUE VERSA SOBRE USUCAPIÃO, MATÉRIA AFETA AO DIREITO CIVIL E, PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO PORTANTO, DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO ART. 22, I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PRETENSÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE." (ADI 2051862-15.2019.8.26.0000, Rel. Des. FRANCISCO CASCONI, j. 31/07/19 grifos nossos).

Todavia, recomendamos a supressão do parágrafo único do art. 4º do projeto que almeja autorizar Executivo a celebrar parcerias com organizações civis, conforme entendimento da Corte Paulista, vejamos:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei nº 3.774, de 11 de maio de 2020, do Município de Tietê, que "institui no âmbito do Município de Tietê, o Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências e aos seus familiares e dá outras providências" Alegação de vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação dos Poderes Reconhecimento parcial Rol de iniciativas legislativas reservadas ao Chefe do Poder Executivo é matéria taxativamente disposta na Constituição Estadual Norma de conteúdo programático Inconstitucionalidade, contudo, dos incisos V, VI, VII, VIII e IX, do art. 2º, e art. 3º da Lei nº 3.774/2020 Dispositivos que impõem obrigações à Administração Pública, em clara ofensa ao princípio da reserva da Administração Afronta aos artigos 5º, 47 e 144 da Carta Bandeirante. Pedido parcialmente procedente.



C.M.V.
Proc. Nº 2474, 21
Fls. 26
Resp. (1)

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

1. *Ex ante, cumpre destacar a adoção do relatório elaborado, bem como a razoabilidade do voto do eminente Relator Desembargador Márcio Bartoli, mas por convencimento, ousou divergir em parte, como segue.*

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Prefeito do Município de Tietê visando ao reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei nº 3.774, de 11 de maio de 2020, do Município de Tietê, que institui o Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer e outras demências e a seus familiares, porque, segundo ele, viola o disposto nos artigos 5º, 47 e 144, da Constituição do Estado de São Paulo. Sustenta que a norma impugnada trata de matéria cuja iniciativa legislativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo, padecendo de vício de iniciativa. Aduz, ainda, que não pode uma lei de iniciativa parlamentar criar atribuições a serem desenvolvidas por órgãos da administração pública, interferindo na gestão do Chefe do Executivo. Diz que estão presentes os requisitos para a concessão da liminar e, ao final, requer seja declarada a inconstitucionalidade da lei impugnada.

2. *A lei impugnada tem a seguinte redação:*

“Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Tietê, o Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer e outras Demências e aos seus familiares.

Art. 2º - O programa instituído no art. 1º será desenvolvido no âmbito da Rede Pública Municipal de Saúde, com apoio de especialistas e de representantes de instituições que congregam pessoas com Doença de Alzheimer e outras Demências, e de familiares, e terá como objetivo:

I - Promover a conscientização e a orientação precoce de sinais de alerta e informações sobre a Doença de Alzheimer e outras Demências, em várias modalidades de difusão de conhecimento à população, em especial, às zonas mais carentes da cidade de Tietê;

II - Utilizar métodos para o diagnóstico e o tratamento o mais precoce possível em todas as unidades da Rede Pública



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Municipal de Saúde, respeitadas as instâncias dos entes federativos e suas respectivas competências;

III - Estimular hábitos de vida relacionados à promoção de saúde e prevenção de comodidades, além de estímulos aos fatores protetores para a prevenção da Doença e Alzheimer e outras Demências, tais como: prática de exercício regular; alimentação saudável; controle da pressão arterial e das dislipidemias; intervenção cognitiva; controle da Depressão que dobra o risco de demência; estímulo ao convívio social que é importante preditor de qualidade de vida; ou seja, o desenvolvimento de ações de promoção de saúde e prevenção de doenças;

IV - Apoiar o paciente e familiares, com abordagens adequadas no tratamento não medicamentoso e medicamentoso, visando melhorar a adesão ao tratamento minimizando o impacto das alterações comportamentais e complicações no curso da doença;

V - Capacitar e especializar profissionais que compõem equipes multiprofissionais nessa área, e absorver novas técnicas e procedimentos que possibilitem melhoria no atendimento, visando inclusive a diminuição de intercorrências clínicas, hospitalização e custos;

VI - Utilizar os sistemas de informações e de acompanhamento pelo Poder Público de todos que tenham diagnóstico de Doença de Alzheimer e outras Demências para a elaboração de um cadastro específico dessas pessoas;

VII - Promover eventos em locais públicos, campanhas institucionais, seminários e palestras;

VIII - Inserir as ações dessa política na Estratégia Saúde da Família;

IX - Aperfeiçoar as relações entre as áreas técnicas públicas e privadas de modo a possibilitar a mais ampla troca de informações e parcerias dos profissionais de saúde entre si, com



C.M.V.
Proc. Nº 2474, 21
Fls 28
Assp

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

os pacientes, familiares e representantes de associações comprometidas com a causa;

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias, intercâmbios, e convênios com Organizações Não Governamentais, empresas, laboratórios, indústrias farmacêuticas, Universidades e Órgãos Federais, Estaduais ou Municipais, que procurem viabilizar a infraestrutura necessária para a implantação do Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer e outras Demências, observada as disposições legais pertinentes a cada instituto mencionado.

Art. 4º - No desenvolvimento do programa de que trata esta lei, serão observados os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas preconizados pelo Ministério da Saúde.

Art. 5º - O Poder Público poderá buscar apoio em outras instituições para desenvolver a Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas com Doenças de Alzheimer e outras Demências junto a outros municípios.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

É caso de procedência parcial do pedido, pois, à exceção dos incisos V, VI, VII, VIII e IX do artigo 2º, e artigo 3º, a norma é de conteúdo programático, e segundo José Afonso da Silva, "tais normas estabelecem apenas uma finalidade, um princípio, mas não impõe propriamente ao legislador a tarefa de atuá-la, mas requer uma política pertinente à satisfação dos fins positivos nela indicados" (in "Aplicabilidade das Normas Constitucionais", Ed. Malheiros, 8. ed. 2012), afastando-se, ainda, da matéria cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo (Cf. artigo 24, § 2º, da Constituição do Estado, aplicado por simetria ao Município).



C.M.V.
Proc. Nº 2474, 21
Resp. 27

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

(...)

*Todavia, cumpre anotar que somente ao Chefe do Poder Executivo assiste a iniciativa de lei que crie obrigações e deveres para órgãos municipais (Cf. artigo 47, incisos II e XIX, 'a', da Constituição do Estado de São Paulo). Isso porque, o gerenciamento da prestação de serviços públicos é competência do Poder Executivo, único dos Poderes que detém instrumentos e recursos próprios para avaliar a conveniência e oportunidade da Administração Pública, de tal arte que a imposição ao Poder Executivo das atividades descritas no **artigo 3º da Lei nº 3.774/2020**, importa em atos típicos de gestão administrativa, destinados à sua organização e funcionamento, conferindo atribuições aos órgãos municipais, como bem ressaltou o eminente Relator, in verbis:*

“(...) constata-se que o artigo 3º da norma em análise deve ser declarado inconstitucional, por ter clara natureza autorizativa, em afronta ao princípio da legalidade, insculpido nos artigos 5º, II, e 372, ambos da Constituição Federal, e 111 da Constituição Paulista. A atuação de toda autoridade pública deve se submeter à soberania da lei, sendo certo, portanto, que em nosso Estado de Direito exige-se lei, dotada de obrigatoriedade ínsita, para a criação de novos direitos e obrigações no ordenamento jurídico. Não pode o legislador transferir o exercício dessa típica função à administração municipal por meio de suposta “autorização”. E, ainda que se interprete esse artigo como sendo de caráter impositivo, a ordem para a celebração de parceria, intercâmbio ou convênio à administração, como forma de consecução da lei, abrange questão afeta à organização administrativa e funcionamento do Poder Executivo, o que configura transgressão ao artigo 47, incisos II, XIV e XIX, a, da Constituição Estadual.”

(...)

Diante desse quadro, flagrante a inconstitucionalidade dos incisos V, VI, VII, VIII e IX do artigo 2º, e do artigo 3º da Lei nº 3.774/2020, do



C.M.V.
Proc. Nº 2474, 21
Fls. 30
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Município de Tietê, por afronta aos artigos 5º, 47 e 144, da Constituição do Estado de São Paulo.

3. À vista do exposto, pelo meu voto, julgo parcialmente procedente o pedido, nos termos suso alinhavados.

Ricardo Anafe
Relator Designado

(TJSP. Adin 2133498-66.2020.8.26.0000. Rel. Designado Des. RICARDO ANAFE. Data de julgamento: 10/02/2021)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei, de iniciativa parlamentar, que “Dispõe sobre a autorização das escolas da rede pública do ensino fundamental do Município de Mauá, a firmar convênio com empresas privadas e cooperativas para doação de uniforme escolar e dá outras providências.” - No caso em testilha, restou demonstrada a violação do princípio constitucional da separação dos Poderes, bem como a dispositivos da Constituição do Estado de São Paulo, **porquanto a matéria tratada na norma impugnada constitui reserva legal do Chefe do Poder Executivo, já que disciplina tema afeto à administração estatal Lesão aos artigos 5º, caput, e 47, incisos II, XIV e XIX, alínea “a”, todos da Constituição do Estado de São Paulo, aplicáveis aos municípios em decorrência do estabelecido no artigo 144 do mesmo diploma legal Eiva que permanece mesmo diante da natureza de “lei autorizativa” Ação julgada procedente.**

(TJSP. Direta de Inconstitucionalidade 2299706-40.2020.8.26.0000; Relator (a): ALEX ZILENOVSKI; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 28/04/2021)

Do mesmo modo, se faz necessária alteração do inciso III do art. 2º do projeto, porquanto a Lei Municipal que trata da doação de alimentos é a Lei Ordinária nº 5.961, de 18 de fevereiro de 2020.



C.M.V.
Proc. Nº 2974, 21
39

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Por fim, no que tange à forma o projeto atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95/98 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Ante todo o exposto, a proposta reúne condições de constitucionalidade e legalidade, ressalvadas às observações acima quanto o disposto no parágrafo único do art. 4º e inciso III, do art. 2º. Sobre o mérito, manifestar-se-á o soberano Plenário.

É o parecer.

Procuradoria, aos 02 de junho de 2021.

**ROSEMEIRE DE
SOUZA CARDOSO
BARBOSA**

Assinado de forma digital por
ROSEMEIRE DE SOUZA
CARDOSO BARBOSA
Dados: 2021.06.02 16:24:06
-03'00'

Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa
Procuradora - OAB/SP 308.298



C.M.V. Prcc. Nº 3424, 01
Fls. 32
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Comissão de Justiça e Redação

Projeto de Lei n.º 119/2021

Ementa : Que “Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19”.

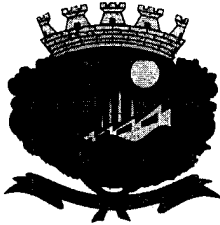
DELIBERAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Rodrigo Toloi	(X)	()
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
Ver. André Amaral	()	()
 Ver. Fábio Damasceno	(X)	()
Ver. Roberson Salame	()	()
 Ver. Mayr	(X)	()

Valinhos, 07 de maio de 2021.

Parecer: A Comissão analisou nesta data a referido Projeto de Lei e quanto ao seu mérito relativo a Justiça e Redação, dá o seu **PARECER** FAVORÁVEL.

LIDO (CA)
ELABORAÇÃO DE 31,08,21
Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

(Observações: _____)

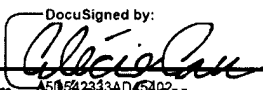
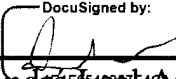



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

**Comissão de Cultura, Denominação de Logradouros
Públicos e Assistência Social**

Parecer ao Projeto de Lei nº 119/2021.


Ementa do Projeto: Institui a Campanha de Incentivo á Doação de Alimentos no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19.

DELIBERAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
DocuSigned by:  Ver. Alcécio Cau	(X)	()
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
Ver. Aldemar Veiga Júnior	()	()
DocuSigned by:  Ver. André Leal Amaral	(X)	()
DocuSigned by:  Ver. Marcelo Sussumu Yanachi Yoshida	(X)	()
Ver. Mônica Morandi	()	()

Valinhos, 02 de Agosto de 2021.

Parecer: A Comissão analisou nesta data o referido Projeto e quanto ao seu mérito dá o seu **PARECER FAVORÁVEL.**

1100 (EX) EM SESSÃO DE 31/08/21


Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

C.M.V. 2474, 21
Proc. Nº 34
Fls. 34
Resc. 0

DocuSign

Certificado de conclusão

ID de envelope: E8619E6A5B8C40829DC31F0F95BB458A

Estado: Concluído

Assunto: Utilize o serviço DocuSign: Parecer a Emenda no 01 ao Projeto de Lei no 54-2021.pdf, Parecer a ...

Envelope de origem:

Página do documento: 9

Assinaturas: 27

Autor do envelope:

Certificar páginas: 5

Iniciais: 0

THIAGO CAPELLATO

Assinatura guiada: Ativada

Rua Sidnei Colleto 89Parque Florence

Selo do ID do envelope: Ativada

Valinhos, 13277-616

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

thiagocapellato@camaravalinhos.sp.gov.br

Endereço IP: 187.8.30.154

Controlo de registos

Estado: Original

Titular: THIAGO CAPELLATO

Local: DocuSign

03/08/2021 12:14:42

thiagocapellato@camaravalinhos.sp.gov.br

Eventos do signatário

Alécio Cau

aleciocau@gmail.com

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

5D542333AD45402...

Carimbo de data/hora

Enviado: 03/08/2021 12:28:54

Visualizado: 03/08/2021 13:35:56

Assinado: 03/08/2021 13:36:41

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo

Utilizar o endereço IP: 187.26.202.114

Assinado através de dispositivo móvel

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

Aceite: 16/03/2021 13:07:12

ID: 77366f67-ebb5-4875-9da8-8855274304cc

Marcelo Yoshida

divercidade13@gmail.com

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

E9E90C1B404E414...

Enviado: 03/08/2021 12:28:55

Visualizado: 04/08/2021 04:55:23

Assinado: 04/08/2021 04:56:36

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Utilizar o endereço IP: 187.8.30.154

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

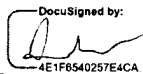
Aceite: 04/08/2021 04:55:23

ID: bdcc1b03-663b-404a-9fb4-d70cb5be4a7f

Vereador André Amaral

vereadorandreamaral@gmail.com

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

4E1F6540257E4CA...

Enviado: 03/08/2021 12:28:54

Reenviado: 06/08/2021 06:46:19

Visualizado: 06/08/2021 07:19:13

Assinado: 06/08/2021 07:20:01

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo

Utilizar o endereço IP: 187.8.30.154

Assinado através de dispositivo móvel

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

Aceite: 16/03/2021 12:39:11

ID: 8e4578d4-cd0e-47d7-8e5a-d0fa23aaf2d1

Eventos de signatário presencial

Assinatura

Carimbo de data/hora

Eventos de entrega do editor

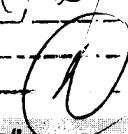
Estado

Carimbo de data/hora

Eventos de entrega do agente

Estado

Carimbo de data/hora

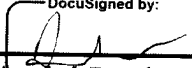
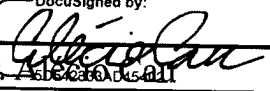
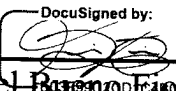

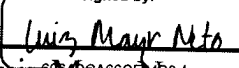
C.M.V.
Proc. Nº 24.24.21
Fls. 35
Resp. 

Evento de entrega do Intermediário	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega certificada	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptado	03/08/2021 12:28:55
Entrega certificada	Segurança verificada	06/08/2021 07:19:13
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	06/08/2021 07:20:01
Concluído	Segurança verificada	06/08/2021 07:20:01
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora
Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos		

C.M.V. 2474, 21
 Proc. Nº 36
 Fls. 1
 Prop. 1

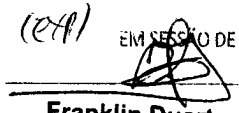
Comissão de Higiene e Saúde

Parecer ao PL 119/2021 - Ementa: Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19

DELIBERAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
DocuSigned by:  Ver. André Leal Amaral	(X)	()
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
DocuSigned by:  Ver. Abelardo de Almeida	(X)	()
DocuSigned by:  Ver. Gabriel Bruno Moravanti	()	()
DocuSigned by:  Ver. Fábio Aparecido Damasceno	(X)	()
DocuSigned by:  Ver. Luiz Mayr Neto	(X)	()

Valinhos, 16 de agosto de 2021.

Parecer: A Comissão analisou, nesta data, em reunião ordinária, o PL 119/2021, e, quanto ao mérito, deu **PARECER FAVORÁVEL**, por maioria de seus membros integrantes.

LIDO (C.A.P.) EM SESSÃO DE 31/08/21

Franklin Duarte de Lima
 Presidente
 Câmara Municipal de Valinhos

C.M.V. 2474, 21
Proc. Nº 37
F's. 10
Resp. 10

DocuSign

Certificado de conclusão

ID de envelope: DAC5B9838CD249C88585A6AC549BA315

Estado: Concluído

Assunto: Utilize o serviço DocuSign: Parecer Comissão de Higiene e Saúde (Emenda 01 ao PL 119_2021 e Eme...

Envelope de origem:

Página do documento: 2

Assinaturas: 10

Autor do envelope:

Certificar páginas: 5

Iniciais: 0

THIAGO CAPELLATO

Assinatura guiada: Ativada

Rua Sidnei Colleto 89Parque Florence

Selo do ID do envelope: Ativada

Valinhos, 13277-616

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

thiagocapellato@camaravalinhos.sp.gov.br

Endereço IP: 187.8.30.154

Controlo de registos

Estado: Original

Titular: THIAGO CAPELLATO

Local: DocuSign

18/08/2021 07:37:34

thiagocapellato@camaravalinhos.sp.gov.br

Eventos do signatário

Alécio Cau

aleciocau@gmail.com

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

5D542333AD45402

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo

Utilizar o endereço IP: 179.241.213.5

Assinado através de dispositivo móvel

Carimbo de data/hora

Enviado: 18/08/2021 07:44:09

Visualizado: 18/08/2021 09:10:00

Assinado: 18/08/2021 09:10:25

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

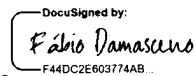
Aceite: 16/03/2021 13:07:12

ID: 77366f67-ebb5-4875-9da8-8855274304cc

Fábio Damasceno

fabiodamasceno@camaravalinhos.sp.gov.br

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

F44DC2E603774AB...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Utilizar o endereço IP: 187.8.30.154

Enviado: 18/08/2021 07:44:09

Visualizado: 18/08/2021 08:05:34

Assinado: 18/08/2021 08:05:48

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

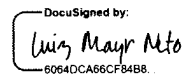
Aceite: 27/04/2021 09:30:28

ID: 4e67ef96-5bb8-4bde-98c5-0726cdea43a1

Luiz Mayr Neto

mayr@pontoexatum.com.br

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

6064DCA66CF84B8...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Utilizar o endereço IP: 179.216.125.252

Assinado através de dispositivo móvel

Enviado: 18/08/2021 07:44:10

Visualizado: 18/08/2021 07:46:47

Assinado: 18/08/2021 07:48:30

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

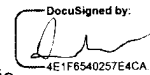
Aceite: 18/08/2021 07:46:47

ID: ca62c8e5-b850-4a92-912c-53b78f206347

Vereador André Amaral

vereadorandreamaral@gmail.com

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

4E1F6540257E4CA

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo

Utilizar o endereço IP: 187.8.30.154

Enviado: 18/08/2021 07:44:10

Reenviado: 20/08/2021 11:39:29

Visualizado: 20/08/2021 13:18:37

Assinado: 20/08/2021 13:18:59

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

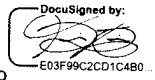
C.M.V. Proc. Nº 2474, 21
Fls. 37-V
Recp.

Eventos do signatário

Aceite: 16/03/2021 12:39:11
ID: 8e4578d4-cd0e-47d7-8e5a-d0fa23aaf2d1

Assinatura

Vereador Gabriel Bueno
gbfioravanti@gmail.com



Nível de segurança: Correo eletrônico, Autenticação de conta (Nenhuma)

Carimbo de data/hora

Enviado: 18/08/2021 07:44:10
Reenviado: 20/08/2021 11:39:30
Visualizado: 18/08/2021 07:46:23
Assinado: 21/08/2021 05:08:55

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo
Utilizar o endereço IP: 191.191.241.188
Assinado através de dispositivo móvel

Aviso legal de registros e assinaturas eletrônicos:
Aceite: 16/03/2021 12:56:29
ID: 05192271-ba11-4f45-aefd-e0359f727a52

Eventos de signatário presencial	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do editor	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do agente	Estado	Carimbo de data/hora
Evento de entrega do intermediário	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega certificada	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/encryptado	18/08/2021 07:44:10
Entrega certificada	Segurança verificada	18/08/2021 07:46:23
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	21/08/2021 05:08:55
Concluído	Segurança verificada	21/08/2021 05:08:55
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora
Aviso legal de registros e assinaturas eletrônicos		

2544 / 21

PROCESSO Nº

TRAMITAÇÃO	
DATA	COMISSÃO
	<i>2021</i>
<i>09/06</i>	<i>RAP</i>
<i>08/06</i>	<i>Plenário</i>
<i>09/06</i>	<i>C.J.R (favorável)</i>
<i>22/06</i>	<i>C.C.D.L.P.A.S. (favorável)</i>
<i>10/08</i>	<i>C.H.S. (favorável)</i>
<i>31/08</i>	<i>terceira reunião</i>
<i>14/09</i>	<i>OD Aprovado "v.u."</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

C.M.V. Proc. Nº 2474/21
 Fls. 38
 Resp. [Signature]

PROCESSO Nº _____ / _____

Emenda nº 01
 ao P.L nº 119 / 21.

Nº do Processo: 2544/2021 Data: 08/06/2021
 Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 119/2021
 Autoria: ANDRÉ MELCHERT
 Assunto: Modifica o inciso III, do artigo 2º e suprime o parágrafo único do artigo 4º do Projeto, que Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID - 19.

AUTUAÇÃO

Aos 08 dias do mês de 06 de 20 21

nesta cidade de Valinhos, na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo, como adiante se Do que para constar. faço estes termos. Eu [Signature] Thiago E. G. Capellato



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V.
Proc. Nº 2544 / 21
Fls. 01
Resp. _____

C.M.V.
Proc. Nº 2474 / 21
Fls. 39
Resp. _____

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA Nº 01 /2021 AO PROJETO DE LEI Nº 119/2021

O vereador **DR. ANDRÉ MELCHERT** (DEM), em atenção e devido acatamento à recomendação constante do douto Parecer Jurídico nº 247/2021 da lavra da insigne Procuradora Dra. Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa à Colenda Comissão de Justiça e Redação, apresenta com fundamento no art. 140, §§ 1º e 4º do Regimento Interno para consideração do plenário desta Egrégia Casa de Leis, a seguinte **Emenda Modificativa e Supressiva ao Projeto de Lei nº 119/2021**.

LIDO EM SESSÃO DE 08/10/2021.

Encaminhe-se à (s) Comissão (ões):

- Justiça e Redação
- Finanças e Orçamento
- Obras e Serviços Públicos
- Cultura, Denominação e Ass. Social
- C.H.S.

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA Nº 01 /2021 AO PROJETO DE LEI Nº 119 /2021

Presidente Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

A presente Emenda Modificativa e Supressiva ao Projeto de Lei 119/2021 modifica o inciso III, do artigo 2º do referido Projeto de Lei e, bem assim, suprime o parágrafo único do artigo 4º do mesmo.

1. O inciso III do artigo 2º passa a vigorar com a seguinte e nova redação:

Art. 2º. (...)

III - a divulgação e o estímulo a possibilidade de doação dos excedentes de alimentos para o consumo humano, em estabelecimento dedicados à produção e ao fornecimento

25/10/2021

Emenda nº 01
ao P.L. nº 119 / 21



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V.
Proc. Nº 2544/21
Fls. 02
Resp. _____

C.M.V.
Proc. Nº 2474/21
Fls. 40
Resp. _____

de alimentos, nos termos da autorização na Lei Municipal nº 5.961/2020 e Lei Federal nº 14.4016/2020;

(...)

2. É suprimido o parágrafo único do artigo 4º.

Art. 4º. (...)

Parágrafo único (Suprimido).

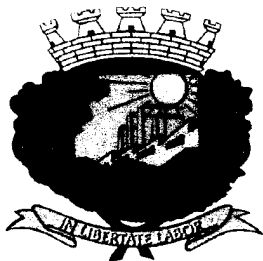
JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa e supressiva tem como objetivo melhor adequar o Projeto de Lei nº 119/2021, que institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19, à recomendação constante do douto Parecer Jurídico nº 247/2021 da lavra da insigne Procuradora Dra. Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa à Colenda Comissão de Justiça e Redação.

Diante do exposto e do indiscutível alcance da medida, solicito aos Nobres Pares desta Casa Legislativa o apoio necessário para a sua aprovação.

Valinhos, 7 de junho de 2021.

**DR. ANDRÉ MELCHERT
VEREADOR (DEM)**



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V. Proc. Nº 2574, 21
Fls. 01
Resp. (10)

C. M. de VALINHOS

PROC. Nº 2574 /21

F L S. Nº 03

RESP. (10)

À Comissão de Justiça e Redação,
conforme despacho do Senhor
Presidente em Sessão do dia
08 de junho de 2021.

Marcos Fureche
Assistente Administrativo
Departamento Legislativo

09/junho/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V. 2344, 21
Proc. Nº
Fls. 04
Resp. (initials)

C.M.V. 2474, 21
Proc. Nº
Fls. 12
(initials)

Parecer Jurídico nº 206/2021

Assunto: Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 119/2021 – Autoria do vereador André Melchert – Altera inciso III, do art. 2º e suprime parágrafo único do art. 4º do Projeto de Lei nº 119/2021, que “Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19”.

À Comissão de Justiça e Redação

Exmo. Presidente Vereador Sidmar Rodrigo Tolo

Trata-se de parecer jurídico relativo ao projeto em epígrafe que altera inciso III, do art. 2º e suprime parágrafo único do art. 4º do Projeto de Lei nº 119/2021, que “Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19”.

Ab initio, cumpre destacar a competência regimental da Comissão de Justiça e Redação, estabelecida no artigo 38.

Outrossim, ressalta-se que a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, sendo meramente opinativo não fundamentando decisão proferida pelas Comissões e/ou nobres vereadores.

Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V.
Proc. Nº 2544, 21
05

C.M.V.
Proc. Nº 2474, 21
45

parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

Desta feita, considerando os aspectos constitucionais, passamos a **análise técnica** do projeto em epígrafe solicitado.

No que tange aos projetos de emendas o Regimento Interno desta Casa de Leis assim estabelece:

Art. 140. Emenda é a correção apresentada a um dispositivo de projeto de lei ou de resolução.

*§ 1º. **Emenda supressiva é a que manda suprimir, em parte ou no todo, o artigo do projeto.***

*§ 2º. **Emenda substitutiva é a que deve ser colocada no lugar do artigo.***

*§ 3º. **Emenda aditiva é a que deve ser acrescentada aos termos do artigo.***

*§ 4º. **Emenda modificativa é a que se refere apenas à redação do artigo, sem alterar a sua substância.***

*§ 5º. **A emenda apresentada à outra emenda denomina-se subemenda.***

*Art. 141. **Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas que não tenham relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.***

*§ 1º. **O autor do projeto que receber substitutivo ou emenda estranhos ao seu objetivo terá o direito de reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação.***

*§ 2º. **Da decisão do Presidente caberá recurso ao Plenário, a ser proposto pelo autor do projeto ou do substitutivo ou emenda.***



C.M.V.
Proc. Nº 2544, 21
Fls. 06
C.M.V.
Proc. Nº 2474, 21
Fls. 94

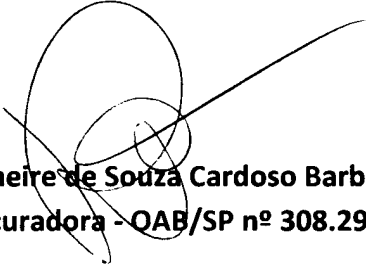
CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

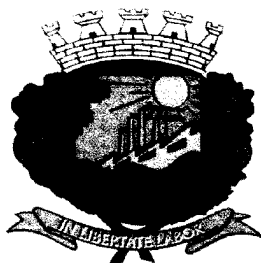
Destarte, tendo em vista que o projeto de emenda atende aos dispositivos do Regimento Interno da Câmara, limitando-se a acolher recomendação constante do Parecer nº 247/2021 ao projeto principal, não vislumbramos óbice jurídico na sua tramitação e no mérito reiteramos referido parecer que conclui pela constitucionalidade do projeto com a supressão proposta na presente proposição. Sobre o mérito, manifestar-se-á o Soberano Plenário.

É o parecer.

Procuradoria, aos 14 de junho de 2021.



Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa
Procuradora - OAB/SP nº 308.298



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V. Proc. Nº 2544, 21
Fls. 07
Resp. (circled)

C.M.V. Proc. Nº 2474, 21
Fls. 45
(circled)

Comissão de Justiça e Redação

Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 119/2021

EMENTA: Que “– Altera inciso III, do art. 2º e suprime parágrafo único do art. 4º do Projeto de Lei nº 119/2021, que “Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19”.”.

DELIBERAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR A EMENDA	CONTRA A EMENDA
 Ver. Rodrigo Toloí	(X)	()
MEMBROS	A FAVOR DA EMENDA	CONTRA A EMENDA
Ver. André Amaral	()	()
 Ver. Fábio Damasceno	(X)	()
Ver. Roberson Salame	()	()
 Ver. Mayr	(X)	()

Valinhos, 21 de junho de 2021

Parecer: A Comissão analisou nesta data a referida Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 119/2020 e quanto ao seu mérito relativo a Justiça e Redação, dá o seu **PARECER FAVORÁVEL**.

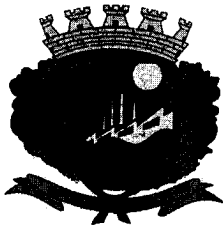


(Observações: _____)

LIDO

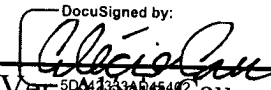
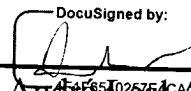

(EXP)

EMENDA Nº 31, 0529

Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

C.M.V.
Prcc. Nº 2541, 21
Fls. 08
Resp. **CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**
ESTADO DE SÃO PAULOPrcc. Nº 2774, 21
Fls. 46
Resp. **Comissão de Cultura, Denominação de Logradouros
Públicos e Assistência Social****Parecer a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 119/2021.**

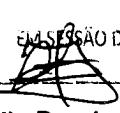
Ementa do Projeto: Modifica o inciso III, do artigo 2º e suprime o parágrafo único do artigo 4º do Projeto, que institui a Campanha de Incentivo á Doação de Alimentos no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19.

DELIBERAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
DocuSigned by:  Ver. Afécio Eau	(X)	()
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
Ver. Aldemar Veiga Júnior	()	()
DocuSigned by:  Ver. André Leal Amaral	(X)	()
DocuSigned by:  Ver. Marcelo Sussunuma Yanachi Yoshida	(X)	()
Ver. Mônica Morandi	()	()

Valinhos, 02 de Agosto de 2021.

Parecer: A Comissão analisou nesta data o referido Projeto e quanto ao seu mérito dá o seu **PARECER FAVORÁVEL**.

LIDO (EX) EM SESSÃO DE 31, 08, 21


Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

C.M.V. 2544, 21
Proc. Nº 09
Fls. 09
Resp. 1

DocuSign

Certificado de conclusão

ID de envelope: E8619E6A5B8C40829DC31F0F95BB458A
Assunto: Utilize o serviço DocuSign: Parecer a Emenda no 01 ao Projeto de Lei no 54-2021.pdf, Parecer a ...
Envelope de origem:
Página do documento: 9
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativada
Selo do ID do envelope: Ativada
Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Estado: Concluído C.M.V. 2544, 21
Proc. Nº 09
Fls. 09
Autor do envelope: THIAGO CAPELLATO
Rua Sidnei Colleto 89Parque Florence
Valinhos, 13277-616
thiagocapellato@camaravalinhos.sp.gov.br
Endereço IP: 187.8.30.154

Controlo de registos

Estado: Original
03/08/2021 12:14:42
Titular: THIAGO CAPELLATO
thiagocapellato@camaravalinhos.sp.gov.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário

Alécio Cau
aleciocau@gmail.com
Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

5D542333AD45402

Carimbo de data/hora

Enviado: 03/08/2021 12:28:54
Visualizado: 03/08/2021 13:35:56
Assinado: 03/08/2021 13:36:41

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo
Utilizar o endereço IP: 187.26.202.114
Assinado através de dispositivo móvel

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:
Aceite: 16/03/2021 13:07:12
ID: 77366f67-ebb5-4875-9da8-8855274304cc

Marcelo Yoshida
divercidade13@gmail.com
Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

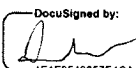
E9E90C18404E414...

Enviado: 03/08/2021 12:28:55
Visualizado: 04/08/2021 04:55:23
Assinado: 04/08/2021 04:56:36

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada
Utilizar o endereço IP: 187.8.30.154

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:
Aceite: 04/08/2021 04:55:23
ID: bdcc1b03-663b-404a-9fb4-d70cb5be4a7f

Vereador André Amaral
vereadorandreamaral@gmail.com
Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

4E1F6540257E4CA...

Enviado: 03/08/2021 12:28:54
Reenviado: 06/08/2021 06:46:19
Visualizado: 06/08/2021 07:19:13
Assinado: 06/08/2021 07:20:01

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo
Utilizar o endereço IP: 187.8.30.154
Assinado através de dispositivo móvel

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:
Aceite: 16/03/2021 12:39:11
ID: 8e4578d4-cd0e-47d7-8e5a-d0fa23aaf2d1

Eventos de signatário presencial

Assinatura

Carimbo de data/hora

Eventos de entrega do editor

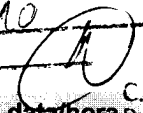
Estado


Carimbo de data/hora

Eventos de entrega do agente


Estado


Carimbo de data/hora

C.M.V. Proc. Nº 2544, 21
Fls. 10
Resp. 

C.M.V. Proc. Nº 2474, 21
Fls. 98
Resp. 

Evento de entrega do intermediário	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega certificada	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptado	03/08/2021 12:28:55
Entrega certificada	Segurança verificada	06/08/2021 07:19:13
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	06/08/2021 07:20:01
Concluído	Segurança verificada	06/08/2021 07:20:01
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora
Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos		

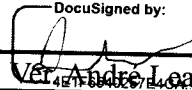
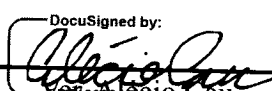

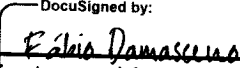
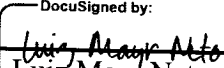
C.M.V.
Proc. Nº 2544, 2
Fls. 111
Resp. 

C.M.V.
Proc. Nº 2424, 21
Fls. 99


Comissão de Higiene e Saúde

Parecer à Emenda 01 ao PL 119/2021


EMENTA DA EMENDA 01: “Modifica o inciso III, do artigo 2º e suprime o parágrafo único do artigo 4º do Projeto, que Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19”.

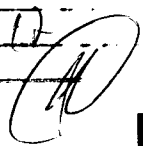
DELIBERAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
DocuSigned by:  Ver. André Leal Amaral	(x)	()
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
DocuSigned by:  Ver. Cláudio Cau	(x)	()
DocuSigned by:  Ver. Gabriel Bueno Fioravanti	()	()
DocuSigned by:  Ver. Fábio Aparecido Damasceno	(x)	()
DocuSigned by:  Ver. Luiz Mayr Neto	(x)	()

Valinhos, 16 de agosto de 2021.

Parecer: A Comissão analisou, nesta data, em reunião ordinária, a Emenda 01 ao PL 119/2021, e, quanto ao mérito, deu **PARECER FAVORÁVEL**, por maioria de seus membros integrantes.

LIDO (EXP) EM SESSÃO DE 31, 08, 21


Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

Proc. nº 2544, 21
Fls. 17
Resp. 

DocuSign

Certificado de conclusão

ID de envelope: DAC5B9838CD249C88585A6AC549BA315

Assunto: Utilize o serviço DocuSign: Parecer Comissão de Higiene e Saúde (Emenda 01 ao PL 119_2021 e Eme...

Envelope de origem:

Página do documento: 2

Certificar páginas: 5

Assinatura guiada: Ativada

Selo do ID do envelope: Ativada

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Estado: Concluído

C.M.V. Proc. Nº 2474, 21
Fls. 50

Autor do envelope:

THIAGO CAPELLATO

Rua Sidnei Colleto 89Parque Florence
Valinhos, 13277-616

thiagocapellato@camaravalinhos.sp.gov.br

Endereço IP: 187.8.30.154



Controlo de registos

Estado: Original

18/08/2021 07:37:34

Titular: THIAGO CAPELLATO

thiagocapellato@camaravalinhos.sp.gov.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Alécio Cau

aleciocau@gmail.com

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

5D542333AD45402

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo

Utilizar o endereço IP: 179.241.213.5

Assinado através de dispositivo móvel

Carimbo de data/hora

Enviado: 18/08/2021 07:44:09

Visualizado: 18/08/2021 09:10:00

Assinado: 18/08/2021 09:10:25

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

Aceite: 16/03/2021 13:07:12

ID: 77366f67-ebb5-4875-9da8-8855274304cc

Fábio Damasceno

fabiodamasceno@camaravalinhos.sp.gov.br

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

F44DC2E803774AB...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Utilizar o endereço IP: 187.8.30.154

Enviado: 18/08/2021 07:44:09

Visualizado: 18/08/2021 08:05:34

Assinado: 18/08/2021 08:05:48

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

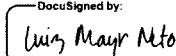
Aceite: 27/04/2021 09:30:28

ID: 4e67ef96-5bb8-4bde-98c5-0726cdea43a1

Luiz Mayr Neto

mayr@pontoexatum.com.br

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

6064DCA66CF84B8...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Utilizar o endereço IP: 179.216.125.252

Assinado através de dispositivo móvel

Enviado: 18/08/2021 07:44:10

Visualizado: 18/08/2021 07:46:47

Assinado: 18/08/2021 07:48:30

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

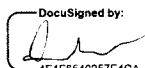
Aceite: 18/08/2021 07:46:47

ID: ca62c8e5-b850-4a92-912c-53b78f206347

Vereador André Amaral

vereadorandreamaral@gmail.com

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

4E1F6540257E4CA...

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo

Utilizar o endereço IP: 187.8.30.154


Enviado: 18/08/2021 07:44:10


Reenviado: 20/08/2021 11:39:29

Visualizado: 20/08/2021 13:18:37

Assinado: 20/08/2021 13:18:59

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

C.M.V. Proc. Nº 2544, 21
Fls. 12-V
Resp. 

C.M.V. Proc. Nº 2474, 21
Fls. 30-V
Resp. 

Eventos do signatário

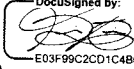
Aceite: 16/03/2021 12:39:11
ID: 8e4578d4-cd0e-47d7-8e5a-d0fa23aaf2d1

Assinatura

Carimbo de data/hora

Vereador Gabriel Bueno
gbfioravanti@gmail.com

Nível de segurança: Correio eletrônico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

E03F99C2C01C4B0

Enviado: 18/08/2021 07:44:10
Reenviado: 20/08/2021 11:39:30
Visualizado: 18/08/2021 07:46:23
Assinado: 21/08/2021 05:08:55

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo
Utilizar o endereço IP: 191.191.241.188
Assinado através de dispositivo móvel

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:
Aceite: 16/03/2021 12:56:29
ID: 05192271-ba11-4f45-aefd-e0359f727a52

Eventos de signatário presencial	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do editor	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do agente	Estado	Carimbo de data/hora
Evento de entrega do intermediário	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega certificada	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptado	18/08/2021 07:44:10
Entrega certificada	Segurança verificada	18/08/2021 07:46:23
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	21/08/2021 05:08:55
Concluído	Segurança verificada	21/08/2021 05:08:55
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora
Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos		




C.M.V.
Proc. Nº 2424, 21
Fls. 59
Resp. _____


CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PARA ORDEM DO DIA DE 19, 09, 21



Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

EMENDA nº 01: APROVADA
em Sessão de 19/09/21



Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

Projeto emendado:

Aprovado por unanimidade e dispensado de
Segunda Discussão em sessão de 19/09/21
Providencie-se e em seguida archive-se.


Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

Segue Autógrafo nº 700, 21


Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos



C.M.V. 2424, 21
Proc. Nº 52
Fls. 10
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

P.L. 119/21 - Autógrafo nº 100/21 - Proc. nº 2.474/21 - CMV

LEI Nº

Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, no âmbito do Município de Valinhos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19.

LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do município de Valinhos, Campanha de Incentivo à Doação de Alimentos, durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia COVID-19.

Art. 2º A campanha inclui-se entre as iniciativas do Município no enfrentamento às consequências socioeconômicas inerente a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19 e consiste na implementação de um conjunto articulado de ações de incentivo e comunicação, com os objetivos primordiais de:

- I. arrecadar alimentos para atender às pessoas em situação de vulnerabilidade social, com vistas a enfrentar os efeitos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em especial a fome e a miséria;
- II. a divulgação e o estímulo a possibilidade de doação espontânea de alimentos não perecíveis, pela população, por ocasião de seu acesso ao

RECEBIMENTO
Em 09 de 09 de 21

Luciene Orfale Gonçalves

Regime Administrativo

PMV / S.A.J.I.

Rua Ângelo Antônio Schiavinato, nº 59 - Residencial São Luiz - CEP 13270-470 - Valinhos-SP

PABX: (19) 3829-5355 - www.camaravalinhos.sp.gov.br

10:15 L



2474.21
Fls. 33
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

P.L. 119/21 - Autógrafo nº 100/21 - Proc. nº 2.474/21 - CMV

fl. 02

- serviço de vacinação contra COVID-19, no entorno dos postos de imunização ou nos próprios postos de imunização, quando essa medida for sanitariamente adequada;
- III. a divulgação e o estímulo a possibilidade de doação dos excedentes de alimentos para o consumo humano, em estabelecimento dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos, nos termos da autorização na Lei Municipal nº 5.961/2020 e Lei Federal nº 14.4016/2020;
- IV. estimular empresas e organizações da iniciativa privada a doarem alimentos.

Art. 3º Para alcançar os objetivos desta lei, a Campanha será efetivada por meio de materiais digitais e/ou impressos, produção de releases, produção de vídeos, entre outros.

Art. 4º O Poder Executivo implementará ações de comunicação, logística e seleção do público destinatário, bem como quaisquer outras necessárias a efetivação da presente lei.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente lei, objetivando sua melhor aplicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura do Município de Valinhos,
aos**

**LUCIMARA GODOY VILAS BOAS
Prefeita Municipal**



C.M.V. _____
Proc. Nº 2474, 21
Fls. 54
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

P.L. 119/21 - Autógrafo nº 100/21 - Proc. nº 2.474/21 - CMV

fl. 03

**Câmara Municipal de Valinhos,
aos 14 de setembro de 2021.**

Franklin Duarte de Lima
Presidente

Luiz Mayr Neto
1º Secretário

Simone Aparecida Bellini Marcatto
2ª Secretária